

Material

As compras do governo federal no ano de 1941

Afim de avaliar o progresso feito durante o ano de 1941 na execução do esquema de compras estabelecido a partir do decreto-lei n. 1.184, de 1 de abril de 1939, e completado pelo decreto-lei n. 2.206 de 20 de maio de 1940, por parte dos órgãos governamentais encarregados dessa tarefa, vamos reunir aqui alguns dados colhidos no Departamento Federal de Compras, Divisão de Material do D.A.S.P. e Instituto Nacional de Tecnologia, e comentá-los.

Primeiramente devemos assinalar que as Divisões de Material dos Ministérios, com o início do seu funcionamento, já puderam ajudar de forma animadora o trabalho de abastecimento das Repartições; serviram sempre de ótimos agentes de ligação, quando, por qualquer motivo, estava prestes a surgir alguma dificuldade entre o D.F.C. e as Repartições, oriunda da aplicação dos novos métodos de trabalho. É verdade que as Repartições, tendo que enviar seus pedidos ao D.F.C. através das D.M. dos Ministérios, perderam certa liberdade de ação, mas por outro lado o serviço de compras lucrou enormemente, principalmente em relação ao abastecimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por ter tido em mãos pedidos de maiores quantidades, onde se concentravam ao mesmo tempo as necessidades de muitos setores da administração federal.

Por ocasião da *Campanha Contra o Dispersão*, ponde o Diretor da D.M. do Ministério do Trabalho exibir dados que comprovam a grande economia feita pelo seu Ministério, em virtude de só enviar ao D.F.C. pedidos de grandes quantidades; isso se deve sobretudo à sua atuação pessoal. Contudo, aos responsáveis pela implantação das novas diretrizes não escapou a necessidade de sistematizar a forma de pedir das Repartições, e organizaram, para esse fim, um *Calendário de Compras* que foi publicado e

posto em vigor logo no 2.º trimestre do ano de 1941. Esse calendário teria por fim reunir em determinadas datas, no D.F.C., as requisições das mesmas classes de artigos, permitindo-lhe, destarte, realizar editais em que só artigos classificáveis sob a mesma rubrica fossem enumerados.

O Calendário foi fielmente seguido pelas Repartições, mas, devido talvez à falta de pessoal, o D.F.C. não tirou todo o partido que poderia de medida tão útil, e apenas em um ou outro gênero de artigos, publicou editais de classe.

É de esperar que esse lapso seja sanado no decorrer deste ano, e que à cronologia das requisições ao D.F.C. corresponda, com a defasagem natural dos serviços preparatórios da publicação dos editais, outra relativa aos editais de classe, de materiais, vendo-se por aí que a meta da centralização das compras foi alcançada.

Outro passo importante dado para a perfeição dos serviços de compras foi o estabelecimento por decreto-lei de um fundo renovável de 2.000:000\$0 para aquisição de material a ser estocado pelo D.F.C., afim de distribuir às Repartições, à medida das requisições. Embora só no fim do ano tivessem sido entregues as primeiras partidas, esse sistema mostrou-se logo de muito valor, por permitir grande rapidez na liquidação dos pedidos e satisfação das necessidades das Repartições.

O Armazem do D.F.C., onde estão estocados os materiais de maior uso, tem servido também de Armazem de Trânsito.

Alem da maior rapidez nas entregas, o sistema de estocagem tem a vantagem de permitir a distribuição de artigos cuja qualidade foi devidamente comprovada, por exames de Laboratório. A dispersão das entregas, provenientes da execução de pedidos pequenos e seguidos, constituiu sempre o obstáculo intransponível para a fiel execução das especificações adotadas pelo Governo

Federal; os exames técnicos necessários a essa comprovação muitas vezes custavam mais do que a própria partida analisada; o Laboratório era obrigado a realizar um trabalho exaustivo, e, como exemplo, podemos citar o fato de num só dia haver, para exame no Instituto de Tecnologia, 45 amostras de tinta de escrever! Imagine-se a extensão dessa multiplicidade a todos os artigos, que por lei só podem ser aceitos mediante laudo favorável do I.N.T., e ter-se-á idéia das dificuldades que tiveram de ser vencidas no ano de 1941 pelos técnicos dos Laboratórios.

Uma vez estabelecida a estocagem desse e de outros artigos, os exames passarão a ser feitos apenas algumas vezes durante o ano para cada material, podendo o I.N.T. aplicar os seus técnicos também em outros setores que precisam da sua atuação.

A obrigatoriedade dos exames técnicos para os artigos padronizados pelo D.A.S.P., e para aqueles definidos por propriedades físicas, químicas e mecânicas, só verificáveis com aparelhagem de laboratório foi estabelecida, como já dissemos pelo decreto-lei n. 1.184 de 1 de abril de 1939; aos poucos a lista dos artigos padronizados está se estendendo, obrigando portanto a maior trabalho de análises por ocasião das entregas.

O número de análises realizadas pelo I.N.T., foi de 4.172, sendo que 79 foram realizadas na sede e 4.103 no Laboratório que o Instituto mantém junto ao D.F.C.; os técnicos do Departamento cooperaram ativamente para que nunca os exames técnicos de aceitação se atrasassem.

Em resumo, é a seguinte a lista das análises efetuadas pelo trabalho em conjunto dos técnicos do I.N.T. e do D.F.C.:

TIPO DE MATERIAL	1941	1940
1) <i>Papel</i>	2.642	3.041
2) <i>Tecido</i>	741	187
3) <i>Tinta de escrever</i>	175	124
4) <i>Mata-borrão</i>	146	47
5) <i>Papel carbono</i>	71	1
6) <i>Goma-arábica</i>	61	8
7) <i>Penas de escrever</i>	58	36
8) <i>Fita para máquina</i>	27	—
9) <i>Metais em geral</i>	24	11
10) <i>Artefatos de couro</i>	21	8
11) <i>Discos p. aparelho telegráfico</i> ...	19	—
12) <i>Berço para mata-borrão</i>	16	—
13) <i>Óleo lubrificante</i>	14	—
14) <i>Caneta para expediente</i>	12	2
15) <i>Tinta para carimbo</i>	10	6
16) <i>Lapis para expediente</i>	9	—
17) <i>Máquina de escrever</i>	9	6

18) <i>Lacre para expediente</i>	6	7
19) <i>Água-raz</i>	6	—
20) <i>Pigmentos</i>	5	—
21) <i>Desinfetantes</i>	4	—
22) <i>Tinteiro para expediente</i>	4	1
23) <i>Produtos químicos</i>	5	2
24) <i>Cera para soalho</i>	4	—
25) <i>Estopa</i>	4	—
26) <i>Borracha para expediente</i>	2	1
27) <i>Cabo de cânhamo</i>	2	—
28) <i>Algodão hidrófilo</i>	2	—
29) <i>Lâmpadas elétricas</i>	3	—
30) <i>Saponáceos</i>	1	1
31) <i>Fio elétrico</i>	—	1
32) <i>Estopim</i>	—	1
TOTAL:	4.103	3.491

Em primeiro lugar aparecem às análises de papel mais numerosas que todas as outras. Já era tempo de estarem muito reduzidas; elas se referem, na maioria, a exames feitos em impressos encomendados em tipografias particulares.

Isso se deve ao fato da Imprensa Nacional, apesar de sucessivos atos governamentais expedidos nos últimos dez anos, não estar ainda aparelhada a imprimir todas as fórmulas necessárias à burocracia do Governo.

É de esperar que, no decorrer deste ano, a Imprensa Nacional possa abarcar um setor maior dos impressos oficiais; se tal acontecer as análises de papel se limitarão às grandes partidas recebidas na Imprensa, cujo número não passará de duas centenas aproximadamente.

Relativamente aos exames de papel devemos fazer notar que, apesar de todas as dificuldades provenientes da guerra na obtenção das matérias primas, a percentagem de recusa foi de 12 %, o que prova estarem as especificações oficiais perfeitamente dentro das possibilidades da indústria nacional, mesmo em ocasiões anormais, como esta.

Em segundo lugar, veem os tecidos. O aumento de exames de tecidos de 1940 para 1941 foi devido à adoção de especificações provisórias por parte do D.F.C., que no início de 1941 adotou em portaria do Diretor Geral o projeto de nove especificações provisórias organizadas pela Divisão Técnica. Em consequência, o número de análises cresceu.

O número de recusa foi muito grande no início, porém, baixou aos poucos, estabilizando-se no fim do ano em 22 %, e dando a média anual de 39 %. É interessante verificar como, aos poucos, a percentagem de recusa foi baixando, o que

prova que os fornecedores passaram a procurar nas fábricas, com mais cuidado, o artigo especificado. A percentagem, contudo, é alta, mas não é alarmante, principalmente, em se tratando de análises prévias, em que o fornecedor, em regra, apresenta várias amostras, até acertar com uma, e poder então cortar os uniformes e outras confecções. Com as confecções, o melhor sistema que foi possível adotar foi de aprovar de antemão uma amostra trazida pelo fornecedor; do contrário ter-se-ia de mutilar e inutilizar os uniformes para realizar os ensaios.

Talvez o Governo pudesse comprar os tecidos e mandar cortá-los nos seus estabelecimentos; aí nesse caso poderiam ser adquiridas grandes partidas, com economia de preços e maior garantia de qualidade.

As tintas de escrever foram muito analisadas e aos poucos as recusas foram diminuindo. Não havia razão para essa mercadoria ser mal feita, porquanto a especificação dá a fórmula da tinta. Em relação a esse material, porém, há ainda a notar os litros, meios litros, etc. com deficiência de 10, 20 e até 25 % da capacidade nominal do vidro. É um caso que apontamos ao Sr. Procurador da República.

A lista dos artigos analisados tornou-se mais extensa no ano de 1941, provando que, apesar dos protestos e má vontade de muitos interessados, a fiscalização dos materiais adquiridos pelo Governo está melhorando, e com isso, naturalmente, a qualidade dos materiais que usa estará mais garantida.

O abastecimento das Repartições teve que lutar contra fatores adversos, no decorrer do ano transato. Até o fim do 1.º semestre de 1941, o sistema de entregas tinha grandes falhas; os pagamentos estavam atrasados, os materiais se acumulavam nas Repartições sem serem examinados, e fornecedores pouco capazes de arcar com grande movimento tinham em mão centenas de encomendas cuja satisfação protelavam sistematicamente.

A partir de julho, porém, foi modificado o sistema de trabalho; os pagamentos passaram a ser feitos com rapidez, as partidas entregues eram liberadas imediatamente, e os fornecedores faltosos foram afastados. Publicações diárias feitas no *Diário Oficial* passaram a apontar a todos aqueles que estavam em falta com seus compromissos.

Contudo, não se pode dizer que todas as protelações para entrega das encomendas fosse devido ao relaxamento ou ao desejo de evitar prejuízos monetários: a guerra, tendo se alastrado e absorvido cada vez mais a atividade dos grandes países industriais, e com especialidade o grande mercado americano, criou para o D.F.C. situações embaraçosas.

A indústria nacional tem se ressentido, também, seriamente da falta de matérias primas, e de maquinismo, e tem tido a sua produção perturbada por esses motivos.

Os mercados estando em alta e as concorrências do D.F.C. sendo uma competição apertada de preços, tem acontecido que algumas encomendas, quando colocadas no mercado, já não deixam lucro, ou o que é pior, dão prejuízo aos fornecedores. A maioria honra galhardamente seus compromissos; há, porém, uma minoria que em vez de confessar lealmente sua situação embaraçosa, lança mão de falsas alegações para se livrarem do pesadelo; nessa ocasião é frequente aparecerem acusações contra a capacidade da indústria nacional, contra o laboratório e as especificações oficiais, etc.

Afim de evitar que os intermediários faltosos possam estabelecer confusões, numa hora delicada como a atual, seria conveniente estabelecer um contato permanente entre o Governo e a Indústria, a exemplo do que foi feito em relação aos papéis destinados à Imprensa Nacional, que só começou a ser abastecida regularmente depois que o D.F.C., saltando sobre a barreira dos intermediários, entendeu-se diretamente com os industriais do Rio e de São Paulo.

Especificações do D.A.S.P.

Caixa para papéis usados e Caixa para expediente

Pelas portarias ns. 1.625 e 1.626, de 21 de janeiro último foram aprovadas mais duas especificações do D.A.S.P., a de n. 4A, de caixa

para papéis usados, que substitue a de n. 4 aprovada pela portaria n. 167, de 31 de maio de 1939 e a de n. 5A, de caixa para expediente, que subs-